

SOLIDARIEDADE E DENÚNCIA NO CONE SUL: O ACERVO DO CLAMOR – SÃO PAULO 1978/1991

Heloisa de Faria Cruz¹

Como apontam estudiosos e militantes da área de Direitos Humanos, bem como a própria riqueza e diversidade de discussões propostas neste Encontro, as questões relativas às memórias de passados traumáticos transformaram-se, nas últimas décadas, em um tema incontornável do debate e das disputas pela construção de regimes democráticos no continente. Nesse processo, carregando reivindicações de diferentes grupos e coletivos de vítimas, contribuindo para os processos de implantação da justiça de transição, as lutas pelo Direito à Memória e por políticas memoriais confrontam os ambientes acadêmicos, colocando inúmeras questões e demandas para as diversas áreas das Ciências Humanas.

No Brasil, como em outros países da América Latina, a questão da disputa em torno da Memória e da História recente emerge articulada à militância dos movimentos contra a ditadura e pela democratização do país. No entanto, como tão bem demonstramos retrocessos políticos recentes, levados a cabo após o golpe legislativo-jurídico de 2016, o caminho do acerto de contas com o passado ditatorial no Brasil tem sido trilhado em um ritmo descompassado e lento, permeado pela produção e imposição de longos períodos de silêncio, e, ainda hoje, é confrontado por reações fortes e efetivas das forças conservadoras.

No panorama do debate brasileiro, as questões sobre a História e as Memórias da ditadura definiram-se dentro dos limites impostos por um processo de anistia restrito, que se alimentou da noção do perdão e do esquecimento dos crimes cometidos, e é carregado dentro de um arranjo negociado pelas elites no processo de transição lenta e gradual que caracterizou a chamada Nova República e que ainda se mostra ativa nos dias atuais. Há que se destacar, entretanto, que esses pactos começaram a ser rompidos publicamente na última década.

Embora de forma tímida, desde meados dos anos de 1990, as questões propostas pelas articulações entre memórias da ditadura e memória e cidadania ganharam força crescente no debate público em diferentes espaços da sociedade brasileira. Contudo, na própria avaliação de alguns dos movimentos de defesa dos direitos humanos, foi só com o lançamento do terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em dezembro de 2009, que o “Direito à Memória e à Verdade” tornou-se um dos eixos principais da política de direitos humanos no país. E foi só com a criação e a atuação da Comissão Nacional da Verdade, entre os anos 2012 e 2014, que os debates sobre a História e as Memórias da ditadura ganharam o espaço público de forma mais incisiva, inclusive nos veículos da grande mídia impressa e televisiva do país.

Aqui, interessa salientar que, então, as demandas por Memória e Justiça se projetaram não só na atuação e nos estudos e pesquisas de historiadores e outros cientistas sociais, mas também nos debates e na atuação de profissionais ligados a instituições de memória, tais como arquivos, centros de documentação, museus, instituições de patrimônio histórico e cultural, bem como nas políticas públicas que orientam a atuação de tais instituições.

Uma maior interação de muitas dessas instituições e dos profissionais que nelas atuam com essas demandas, assim como com novas políticas de preservação e acesso dos arquivos e acervos de direitos humanos relativos ao período, produziu avanços significativos no que diz respeito à localização, organização, preservação e disponibilização pública de importantes acervos referentes à violação e defesa dos direitos humanos em nosso passado recente.

¹ Doutora em História Social, Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e Coordenadora do Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC) da PUC-SP.

Foi naquela conjuntura, e em sintonia com as demandas sociais por Memória e Justiça, que se concebeu e aprovou o Projeto CLAMOR: Documentação e Memória de um Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para o Cone Sul. Assim, o presente texto expõe perspectivas, reflexões e atividades encaminhadas pelo Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), para o tratamento, a preservação e a difusão do acervo, bem como para a disponibilização pública do Fundo CLAMOR e a reflexão histórica sobre o Comitê¹.

O Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para o Cone Sul (CLAMOR) atuou com sede em São Paulo, entre os anos de 1978 e 1991, e é reconhecido como uma das mais importantes entidades desolidariedade com refugiados, presos e perseguidos políticos das ditaduras do Cone Sul, bem como de informação e denúncia sobre os crimes contra os direitos humanos cometidos por essas ditaduras. Atuando na contramão da conhecida Operação Condor, prestou efetiva assistência aos refugiados no país, oriundos de Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. O Comitê foi criado no início de 1978, por iniciativa de um grupo de leigos cristãos preocupados em proporcionar proteção e assistência aos refugiados políticos dos países do Cone Sul não reconhecidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), vítimas de violações dos direitos humanos, que estão vivendo no exílio em consequência das arbitrariedades do autoritarismo vigente nesses países².

A iniciativa de criação do CLAMOR, no final dos anos de 1970, deve-se à articulação das preocupações de militantes dos movimentos de defesa dos direitos humanos no Brasil, que buscavam formas e caminhos para denunciar a conjuntura de violação dos direitos humanos vigente nos países da América Latina e para prestar solidariedade e ajuda efetiva aos refugiados políticos que procuravam apoio em solo brasileiro. Como protagonistas iniciais da criação do Comitê, destacam-se as presenças do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, da jornalista inglesa Jan Rocha e do reverendo presbiteriano Jaime Wright.

Sua criação, naquele momento, com o apoio de Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da recém-formada Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), aponta para o importante papel desempenhado pela Igreja Progressista do país, particularmente a de São Paulo, no avanço das lutas contra a ditadura e de defesa dos direitos humanos no país. Indício dessa articulação das lutas contra as violências perpetradas pelas ditaduras no continente e das lutas em defesa dos direitos sociais fundamentais dos excluídos no Brasil naquela conjuntura é que, já em sua criação, o CLAMOR foi vinculado à Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo, estabelecendo-se em uma sala localizada no prédio da Cúria Metropolitana.

Cumprir consignar que, no final dos anos de 1970, com as lutas pela anistia e a redemocratização no país, o Brasil vivia um momento diferenciado de alguns países do Cone Sul. Passados mais de 20 anos do golpe de 1964, o regime ditatorial paraguaio continuava forte e fechado. No Uruguai e no Chile, os anos de chumbo impostos pelos golpes de 1973 mantinham situações cotidianas de perseguições, prisões, assassinatos e intensas violações de direitos humanos. A Argentina vivia o terror imposto pelo golpe militar, que, em 1976, depôs o governo de Isabel Péron. No Brasil, no clima de abertura lenta e gradual da era Geisel, tornou-se possível a criação e atuação do CLAMOR.

¹ O Projeto, financiado pelo Auxílio Regular à Pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), vem sendo desenvolvido sob a coordenação desta autora, desde o segundo semestre de 2012, e conta com a participação das pesquisadoras Ana Célia Navarro de Andrade e Jan Rocha, e de Adriane Zerillo Natacci e Camila Yuriko Maturuoto, bolsistas FAPESP/Treinamento Técnico.

² O histórico sobre a trajetória do Comitê é baseado principalmente nos trabalhos de Andrade (2000), Lima (2003) e Fraga (2012), referenciados no final deste texto.

Partindo de uma configuração bastante enxuta, até pelo menos 1982, o Comitê, aos poucos, foi ampliando tanto a sua equipe como os seus contatos com outras entidades nacionais e internacionais da mesma área. Durante os anos de 1980, agregou como membros colaboradores cerca de mais de 10 militantes dos direitos humanos, contando também com a ajuda voluntária de refugiados e de familiares de refugiados, que, na época, viviam em São Paulo (Fraga, 2012). No início dos anos de 1980, o funcionamento e a atuação efetiva do Comitê contaram com o apoio da Anistia Internacional e de entidades ligadas às Igrejas Protestantes, como o Conselho Mundial da Igreja. No período de sua atuação, logrou o Comitê articular-se a uma extensa rede de organismos e entidades de defesa de direitos humanos que se espalhava por toda a América Latina, além de Europa, Estados Unidos e Canadá.

Articulando-se à ação de algumas outras instituições congêneres na América Latina, a importância do CLAMOR na época pode ser medida pelo fato de que foi uma das primeiras organizações a denunciar a existência de campos de detenção clandestinos na Argentina, assim como foi uma das primeiras a alertar para a cooperação entre forças de segurança dos países da região no sequestro, na tortura e no desaparecimento de pessoas. Ademais, foi a primeira a descobrir o paradeiro de algumas das crianças sequestradas e desaparecidas na Argentina. O Comitê preparou o que foi considerada, na época, a maior lista de desaparecidos forçados na Argentina, com mais de 7.000 nomes. Depois da volta do governo civil argentino, em 1983, essa lista se tornou uma das principais fontes de informação para os trabalhos da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP). O CLAMOR, junto com outras entidades do continente, também organizou o primeiro Encontro de Sobreviventes de Campos de Detenção da Argentina.

Tendo sua atuação mais efetiva e dinâmica entre os anos de 1978 e 1985, o CLAMOR realizou inúmeras atividades públicas de denúncia das arbitrariedades cometidas pelas ditaduras no continente, bem como participou e alimentou uma importante rede de atuação na defesa dos direitos humanos. Naqueles anos, o Comitê editou o Boletim CLAMOR, de grande repercussão internacional; realizou inúmeras conferências de imprensa, nas quais eram denunciadas violações de direitos humanos; ministrou seminários de caráter internacional referentes à situação dos países do Cone Sul; desenvolveu campanhas diversas, dentre as quais se destaca a que visava à localização das crianças desaparecidas; e distribuiu informes gerais sobre as violações dos direitos humanos que ocorriam no Cone Sul, além de cartilhas e folhetos de caráter informativo e pedagógico sobre temas de direitos humanos.

Em 1991, em pronunciamento público de análise da conjuntura política nos países do Cone Sul, o grupo anunciou que, chegando à conclusão de que os objetivos iniciais que provocaram a sua fundação haviam sido atingidos, tinha decidido interromper as suas atividades. Então, mesmo apontando que a situação nos países do Cone Sul ainda continuava crítica, com milhares de pessoas desaparecidas e responsáveis pela repressão livres, o Comitê entendia que as entidades de direitos humanos, em cada país, já haviam recuperado o espaço até então ocupado pelo CLAMOR, demonstrando que já não era mais preciso um porta-voz para os seus apelos.

O FUNDO CLAMOR

Como indicado em outra comunicação aqui apresentada, a documentação do Fundo CLAMOR começou a ser reunida no CEDIC a partir de 1993. Desde então, em contatos sucessivos com entidades e militantes que detinham partes da documentação sobre a atuação do Comitê, o CEDIC empenhou-se em reunir sob a sua guarda a totalidade da documentação do Fundo. A última grande incorporação de documentos ocorreu em fevereiro de 2001, quando cerca de 10 caixas-arquivo foram doadas pela jornalista Jan Rocha.

Atualmente, o Fundo CLAMOR encontra-se distribuído em 106 caixas-arquivo, 28 pastas para periódicos (tamanho tabloide) e uma pasta para cartazes (tamanho arquiteto), totalizando aproximadamente 15 metros lineares. São mais de 20 mil documentos organizados em dois grupos, cinco subgrupos e 126 séries.

O Fundo CLAMOR traz dimensões fundamentais das lutas contra o terrorismo de Estado imposto por regimes ditatoriais nos países do Cone Sul naquele período e dos movimentos pelos direitos de presos e exilados políticos, indicando caminhos e estratégias da resistência dos diversos grupos contra o arbítrio, e revelando modos de enfrentamento da violência e da repressão ditatorial a que estavam sujeitas as populações de vários países do Cone Sul.

No conjunto da documentação, é possível acompanhar dimensões da repressão e do terror vivido naqueles anos, como as atrocidades ocorridas nos campos de prisioneiros, a escalada quanto ao desaparecimento de pessoas, o sequestro de crianças e adolescentes, e as denúncias sobre a atuação coordenada das forças de repressão nos países do Cone Sul. Esses materiais também propõem uma reflexão estimulante sobre as redes de militância e solidariedade que se formaram frente à pressão extrema vivida pelos movimentos nesse momento histórico. Outro tema que emerge da coleção diz respeito à articulação dos movimentos sindicais e de trabalhadores aos movimentos de defesa dos direitos humanos e de resistência às ditaduras nesses países. Dando visibilidade a sujeitos coletivos e pessoas que se articularam naquela militância, propõe estudos sobre os caminhos e as estratégias de resistência na luta contra o arbítrio das ditaduras sul-americanas.

O Fundo é composto por uma grande diversidade de documentos, tais como agendas, boletins internos, cartazes, comunicados à imprensa, correspondências, depoimentos de refugiados e de parentes e amigos de desaparecidos e presos políticos, dossiês de crianças desaparecidas, fichas de desaparecidos e de torturadores argentinos, fotografias de desaparecidos, informes, livros, publicações periódicas e relatórios de atividades.

Uma breve descrição de algumas das séries mais características do Fundo ajuda a sinalizar a diversidade de temas abordados, bem como seu potencial de pesquisa. Na série correspondência, o acervo contém mais de 4.000 bilhetes, cartas, cartões, circulares e telegramas referentes ao período 1978-1990, enviados por familiares e por membros de organizações de direitos humanos, sindicatos e igrejas dos países do Cone Sul ao Comitê, além de correspondências e informes de agências das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos (OEA) e de embaixadas estrangeiras e entidades não governamentais de vários países de fora da América Latina³.

Dentre as séries documentais, destaca-se, também, a que reúne as publicações periódicas, que, com mais de 4.500 documentos, compõe-se de boletins produzidos pelo CLAMOR, bem como de boletins, revistas e jornais publicados por entidades de direitos humanos do Brasil e do exterior, tratando de assuntos como a situação dos países frente aos regimes militares; a violação dos direitos humanos no mundo; a realidade sócio-político-econômica dos países do Cone Sul; os conflitos e guerras civis; a política autoritária e a sua relação com o capital estrangeiro; a Doutrina de Segurança Nacional; o trabalho desenvolvido pelas entidades de direitos humanos junto aos governos pela libertação dos presos e localização dos desaparecidos políticos; a atuação da Igreja em comunidades carentes e a sua importância na defesa dos direitos do homem.

No interior desse conjunto, destaca-se a coleção completa do Boletim CLAMOR, principal veículo de comunicação da entidade, publicado pelo Comitê entre os anos 1978 e 1985. A publicação do Boletim CLAMOR iniciou-se em junho de 1978, e, até abril de 1985, foram lançados 17 números regulares e uma edição especial. No período de sua existência, o

³ Para uma visão mais completa do Fundo, consultar o inventário organizado por Andrade (2000), o Guia do CEDIC (Khoury, 1995) e o *site* <<http://www.pucsp.br/cedic/>> (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017).

Boletim veio a público buscando divulgar e dar a maior repercussão possível às denúncias colhidas no contato com os refugiados e familiares de desaparecidos para o maior número possível de pessoas e instituições. Para cumprir os seus objetivos, o Boletim foi editado em três línguas: português (voltado aos brasileiros e à imprensa nacional), espanhol (direcionado às entidades de direitos humanos latino-americanas, familiares e amigos dos refugiados) e inglês (para as entidades europeias e da América do Norte). Com tiragem de 2.000 exemplares, divididos entre os três idiomas, e sendo enviado para todo o Brasil, o Boletimera também “enviado a centenas de organizações e indivíduos na América Latina, América do Norte e Europa” (Boletim Clamor, 1978: 2).

Vale indicar, também, que, no decorrer de sua publicação, alguns números tiveram dossiês especiais, com conteúdos especialmente voltados para cada um dos países que se encontravam sob a atenção do Comitê. Assim como o primeiro número foi dedicado à Argentina, editaram-se números especiais referentes ao Paraguai (7), ao Uruguai (10), à Bolívia (11) e ao Chile (13).

O Boletim, que então tinha a edição finalizada pela jornalista Jan Rocha, assumiu como centro de seus conteúdos a veiculação de denúncias e a sua rápida divulgação. As matérias de denúncias de situações de perseguição, prisão ou desaparecimento de pessoas, mesmo que por vezes assumissem quase o formato de pequenas notas, eram precisas, convincentes e comoventes em seus resultados. Para cada vítima identificada, procurava-se recompor a trajetória e o perfil humano, e, além das informações sobre nome, profissão e atuação profissional e política, buscava-se recompor e denunciar as circunstâncias da prisão e outras violações, indicar autoridades envolvidas ou que se omitiram, bem como, quando possível, identificar a fonte das informações. E, sem dúvida, são essas notas denunciando as arbitrariedades e as situações vividas por pessoas de diferentes grupos sociais, idade, sexo e profissão, e o relato da situação de violência degradante e dos dramas vividos por elas, suas famílias e amigos, que conferiam o tom extremamente humano e comovente do Boletim. Nessa descrição sintética do Fundo, cabe salientar, ainda, as várias séries que reúnem documentos importantíssimos de registro e denúncias de práticas de tortura, assassinatos, desaparecimentos forçados e sequestros de crianças levados a cabo pelos aparelhos repressivos dos diversos países. No arquivo, encontram-se quase 8.000 fichas manuscritas de militantes desaparecidos na Argentina, contendo as seguintes informações: sobrenome e nome da vítima; data de nascimento e idade; tipo e número de documento de identificação; estado civil e quantidade de filhos; profissão; data e local da prisão; organizações de direitos humanos envolvidas; informações sobre sua família (nomes dos pais, avós e filhos); atuação política e/ou sindical; e observações sobre o desaparecimento. Também contém quase 150 fichas manuscritas que organizam informações sobre agentes da repressão e torturadores argentinos, com as seguintes informações: sobrenome e nome do agente; apelido pelo qual era mais conhecido; cargo, grau ou função exercida; Arma à qual pertencia (Exército, Marinha ou Aeronáutica); características físicas e dados pessoais; local de atuação; responsabilidades; e outras informações relevantes. Diferentemente das fichas, com informações mais densas sobre cada caso, são os mais de 600 dossiês sobre crianças e adolescentes desaparecidos e os 170 dossiês de denúncias sobre desaparecimentos de militantes em geral. Há também depoimentos de sobreviventes dos campos de detenção, de ex-presos e de militares que abandonaram as Forças Armadas de seus respectivos países para denunciar os abusos que testemunharam.

AÇÕES E PERSPECTIVAS

As atividades e ações do Projeto CLAMOR tiveram como foco três direções principais: o tratamento, organização, descrição e digitalização do Fundo; a contextualização histórica do

Fundo; e a divulgação do Fundo e mobilização para pesquisa sobre questões e temas por ele sugeridos.

Tratamento, organização, descrição e digitalização do Fundo

Esta primeira frente do Projeto esteve inteiramente voltada para o tratamento, a organização, a descrição e a digitalização da documentação que compõe o Fundo CLAMOR.

Aqui, trata-se, sobretudo, de rever a organização física e a descrição dos documentos, bem como de realizar ações de formatação e descrição, além da digitalização dos documentos de acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), preservando e ampliando o acesso do público em geral ao Fundo. Tais ações são descritas e analisadas de forma detalhada, em comunicação apresentada por outros membros da equipe.

Contextualização histórica do Fundo

A segunda frente de trabalho do Projeto é voltada para a atualização do histórico do Fundo CLAMOR. A pesquisa sobre o histórico de criação, organização e atuação do CLAMOR tem se desenvolvido via levantamento e sistematização de informações sobre a atuação do Comitê na bibliografia específica e correlata, na pesquisa junto à documentação do próprio Fundo e na realização de depoimentos orais com ex-integrantes, pessoas que foram ajudadas pela entidade e membros de outras entidades congêneres.

Como esperado, o levantamento de informações de pesquisa bibliográfica, realizado via consulta a vários bancos de dados, diretórios bibliográficos, bancos de dissertações e teses, portais de periódicos e buscadores acadêmicos, resultou na identificação de pouquíssimas referências, já analisadas e sistematizadas. Por outro lado, a pesquisa na documentação do próprio Fundo, em séries estratégicas como os Boletins e a correspondência, tem possibilitado adensar o histórico de atuação da entidade. No entanto, a maior riqueza nessa dimensão do Projeto tem resultado do trabalho de entrevistas e coleta de depoimentos com membros do CLAMOR, colaboradores, refugiados que contaram com a ajuda do Comitê e membros de entidades de direitos humanos com as quais mantinha relação estreita. Como indicado anteriormente, durante esta última década, na qual detém a guarda do Fundo CLAMOR, o CEDIC tem mantido contatos estreitos com ativistas e entidades que atuaram naquele período, visando não só ao adensamento de seu histórico, como também à própria complementação do Fundo. Tais contatos têm viabilizado ações que objetivam a complementação do Fundo, bem como o desenvolvimento de seu histórico, no que tange, principalmente, à recomposição da importante rede de relações com entidades de defesa de direitos humanos e de resistência às ditaduras atuando no Brasil, na Europa e nas Américas Latina e do Norte.

Para além de preservar e disponibilizar a documentação que já se encontra sob a guarda do CEDIC, tem-se também investido na localização e na preservação de documentação complementar ao Fundo. Caracterizando-se como uma entidade de caráter quase informal, que tinha como ponto forte a atuação de militantes, o CLAMOR não possuía um arquivo centralizado, e parte da documentação ainda pode ser encontrada com os seus antigos integrantes.

Nesse aspecto, deve-se destacar que a participação da jornalista Jan Rocha no Projeto, a qual foi membro atuante do CLAMOR durante todo o seu período de existência e que, agora, foi responsável pela realização de contatos e entrevistas. Indique-se que a participação de um membro do próprio Comitê no desenvolvimento dessa linha do Projeto foi estratégica, potencializando o diálogo da pesquisa sobre o contexto histórico do Fundo com as referências trazidas pela experiência da pesquisadora na atuação no Comitê. Apesar de algumas restrições das verbas relativas às viagens internacionais, entre 2013 e 2014, logrou-se realizar a coleta de

sete depoimentos no Brasil e outros cinco no Paraguai, entre pesquisadores, membros de entidades de direitos humanos que colaboraram com o CLAMOR, bem como parentes de membros do Comitê. Tal ação resultou na criação de uma coleção de depoimentos orais sobre o Comitê e sua atuação, coleção essa que está sendo agregada como material subsidiário e de contextualização do Fundo. Destaque-se, também, como resultado dessa ação, a organização pela pesquisadora de uma publicação bilíngue sobre a atuação do Comitê, que já se encontra em fase final de produção.

Outra ação visando ao aprofundamento das referências sobre o histórico de criação e atuação do CLAMOR, e que também envolveu a participação de ex-membros do Comitê, foi a realização, em novembro de 2014, de um seminário sobre o Projeto, que reuniu membros fundadores e participantes do CLAMOR, além de pesquisadores e estudiosos da atuação do Comitê e das questões relativas à documentação referente às lutas de resistência às ditaduras e de defesa dos direitos humanos no Cone Sul. Contando com a participação de cinco ex-membros do Comitê e de vários pesquisadores da área, as exposições e os debates realizados abordaram dimensões novas e inusitadas da atuação da entidade, assim como oportunizaram a discussão das propostas e encaminhamentos no Projeto com esse conjunto privilegiado de interlocutores. O seminário acabou por produzir dois DVDs, contendo todas as apresentações dos dois dias de evento, bem como os depoimentos e debates que enriqueceram as falas dos palestrantes, que também foram agregados como materiais subsidiários ao Fundo e encontram-se disponíveis para consulta.

Divulgação do Fundo e mobilização para pesquisa

Consciente da importância do Fundo CLAMOR para a História recente, não só do Brasil, mas de outros países da América do Sul, o CEDIC tem investido fortemente em ações de divulgação dessa documentação. Tais ações diversificadas vão desde a promoção de exposições virtuais, a apresentação de comunicações sobre a importância do Fundo em encontros, congressos e seminários, nacionais e internacionais, até a elaboração de projetos que objetivaram a patrimonialização do Fundo.

Para além do tratamento e organização da documentação, a fim de melhor disponibilizá-la para os pesquisadores e para o público em geral, trata-se de desenvolver ações e instrumentos de pesquisa que iluminem a importância da documentação em suas projeções na agenda pública contemporânea.

Entendendo que o reconhecimento de qualquer acervo como patrimônio documental o singulariza, lançando luz sobre a sua relevância como herança histórica e cultural, e potencializando ações de preservação, promoção do acesso e divulgação pública, é que foram buscados fóruns de patrimonialização documental do Fundo CLAMOR. No horizonte, a expectativa é de que atos de patrimonialização documental impulsionem a conscientização das autoridades, dos pesquisadores e do público em geral para a importância do Fundo CLAMOR enquanto herança documental, propondo a incorporação de suas referências históricas à experiência social das gerações atuais e futuras.

Destaque-se que assim que foi lançado o primeiro edital do Programa Memória do Mundo - Brasil (MoWBR), o CEDIC encaminhou a candidatura do Fundo CLAMOR, que foi nominado em 2007. Da mesma forma, em 2012, foi a vez do Programa Memória do Mundo América Latina e Caribe (MoWLAC), em cujo relatório de nomeação, o Comitê Regional do Programa MoWLAC sugeriu, por unanimidade, a candidatura do Fundo CLAMOR ao MoW Internacional. A recente candidatura para o MoW Internacional foi encaminhada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com o apoio do *Archivo General de la Nación de Uruguay* e do Arquivo Nacional do Brasil, e aprovada no início de abril de 2016.

Convém indicar que a disponibilização de informações sobre o Fundo no Portal Memórias Reveladas do Arquivo Nacional do Brasil, e adivulgação das nomeações do Programa Memória do Mundo, que o singularizam como referência memorial de importância mundial, fizeram com que o interesse pelo Fundo crescesse, refletindo diretamente no incremento de consultas ao acervo, com o aumento das solicitações de cópias de documentos, tanto para fins acadêmicos quanto para a comprovação de direitos junto à Justiça. A realização de exposições físicas e mostras virtuais, a apresentação de comunicações de pesquisa em seminários nacionais e internacionais, a articulação em redes de documentação voltadas para a Memória/História dos períodos ditatoriais, bem como a publicação de artigos em revistas da área sobre o Fundo e o Projeto, foram outras estratégias utilizadas visando à divulgação do Fundo CLAMOR e de sua importância para as discussões sobre os processos de justiça de transição e de reconstrução da convivência democrática em nossos países. A organização de instrumentos de pesquisa contendo referências subsidiárias e temáticas sobre o Fundo também compõem esse conjunto de ações objetivando a divulgação do Fundo e a mobilização para a pesquisa sobre temas e questões por ele propostas. Em todos esses momentos, para além de indicações sobre o trabalho técnico realizado no tratamento e na organização da documentação, buscou-se também destacar questões e temas nela emergentes de grande significado para as lutas memoriais no presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta comunicação, é importante destacar algumas questões, desafios e perspectivas decorrentes do Projeto com o Fundo CLAMOR para o desenvolvimento do trabalho do CEDIC no tratamento, na organização e na divulgação de seu acervo.

Um primeiro desafio a ser salientado diz respeito ao trabalho de digitalização de nosso acervo para fins de preservação e acesso público. Durante muitos anos, devido não só a dificuldades internas da área de Informática da Universidade, mas também a resistências e dificuldades teóricas e metodológicas de nossas concepções sobre divulgação e acesso à documentação, o Centro de Documentação e Informação Científica da PUC-SP adiou o início do trabalho de disponibilização virtual de seu acervo.

Embora, via dinâmica de demanda ao *website* do Centro, já tivéssemos a avaliação da importância das plataformas digitais para potencializar consultas de pesquisadores e do público geral ao nosso acervo, ainda resistíamos em enfrentar as dificuldades e obstáculos técnicos e institucionais que se opunham à disponibilização virtual do acervo. Por vários anos, via mecanismo de mostras virtuais temáticas, respondemos às demandas pela informatização com a disponibilização parcial da documentação de diversos fundos e coleções de nosso acervo. Não obstante, sabíamos que tais expedientes não poderiam substituir a urgência e a necessidade da organização digital da disponibilização virtual de nosso acervo. Para nos integrarmos aos avanços das redes virtuais de documentação e pesquisa, era preciso enfrentar não só as dificuldades institucionais, mas também as dificuldades metodológicas com relação à tradução de nossas normas de organização e descrição de fundos e coleções aos programas de disponibilização virtual dos documentos.

O projeto de digitalização e disponibilização do CLAMOR, trazendo a urgência de suas denúncias e demandas por memória, justiça e reparação, não só colocou a oportunidade de enfrentar limitações do Centro e da Universidade, como abriu perspectivas para o nosso diálogo e integração com instituições e redes que têm trabalhado com arquivos semelhantes e que vêm disponibilizando a cada dia um número maior de fundos e coleções de documentos na internet para consultas *on-line*. Aprendizado importante quando se lida com um Fundo sensível com o CLAMOR, e que impactou a formação dos pesquisadores que trabalharam no

Projeto, é o que, como nos propõe Randall Jimerson (2008), ele nos afasta de concepções sobre a neutralidade e a objetividade dos arquivos e de sua atuação.

Outra dimensão a ser destacada está relacionada à importância do processo de patrimonialização do Fundo para o desenvolvimento do Projeto, para o reconhecimento público da importância de suas referências memoriais e para a mobilização da pesquisa sobre os temas e as questões que o Fundo propõe. Os reconhecimentos nacional e internacional trazidos para o Fundo CLAMOR, com a obtenção dos registros nacional e internacionais do Programa Memória do Mundo, traduziram-se em maior apoio institucional e financeiro do Projeto e do Centro. Com as notícias sobre a obtenção dos registros, foi possível ampliar a divulgação do Fundo e a importância de sua documentação para pesquisadores e redes de pesquisa que abordam os regimes ditatoriais e as lutas de resistência, bem como as conexões dos sistemas repressivos no Cone Sul, assim como para ativistas que impulsionam as lutas por uma agenda pública de defesa dos direitos humanos em nossos países.

Por fim, cabe ainda salientar as implicações trazidas pela peculiaridade de se trabalhar com a documentação de grupos militantes cujos sujeitos envolvidos no período de efetiva atuação da entidade ainda possam ser convocados a contribuir para o processo de organização e disponibilização da documentação. A experiência de contar com a participação de ativistas do CLAMOR, ou com pesquisadores efetivos ou colaboradores informais do Projeto, trouxe a oportunidade de um diálogo profícuo entre as lógicas da arquivologia e a da militância política. Em um aprendizado mútuo, foi possível relacionar as razões de preservação da documentação, expostas pelos militantes com a metodologia e os critérios de organização, preservação e disponibilização do acervo. Nas diversas contribuições dos militantes, as memórias sobre a atuação do CLAMOR trouxeram dimensões subjetivas corriqueiras ou inusitadas das ações, que, assumidas pela equipe de pesquisadores, ajudaram a recompor as razões, o clima, as situações e os contextos humanos que produziram os documentos que hoje compõem o Fundo. Assim também foi possível melhor entender as lógicas da ação e da militância que produziram e organizaram a documentação. Na cooperação com militantes, e no diálogo ativo destes com pesquisadores da área, foi possível politizar os sentidos da preservação e da disponibilização. É também essa parceria e o compromisso com ela assumido que nos alertam que o trabalho do CEDIC não se encerra com a finalização do Projeto, mas se projeta para a articulação das referências memoriais do Fundo CLAMOR com as lutas em defesa dos direitos humanos e da convivência solidária e democrática em nossas sociedades.

Entendendo que as dinâmicas de preservação e renovação das fontes históricas estão intimamente articuladas às relações que as sociedades estabelecem com o seu passado e com as suas reivindicações no campo da memória social a cada conjuntura histórica, e que os processos de preservação documental são tributários dessas disputas, busca-se, com a disponibilização do Fundo CLAMOR, contribuir com lutas políticas contra o arbítrio e a impunidade, e pelo Direito à Verdade e à Memória, que se expressam não só na definição das políticas de memória em geral, mas também nas questões envolvendo as políticas arquivísticas e a formação dos acervos e do patrimônio documental referente ao período. A documentação do Fundo CLAMOR se constitui não só como espaço fundamental da preservação da memória daquelas ações de solidariedade e resistência, mas também em elemento de prova para a reivindicação de reparação e outras ações da justiça de transição. A perspectiva é que, neste momento de retrocesso das lutas por justiça e democracia em nosso continente e em várias partes do planeta, um trabalho ativo de disponibilização aberta na rede mundial do Fundo CLAMOR fortaleça as lutas recentes pela afirmação dos Direitos à Verdade, à Justiça e à Memória em nossos países.

BIBLIOGRAFIA

Andrade, Ana Célia Navarro 2000 Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul - CLAMOR (São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).

Boletim Clamor 1978-1985 (São Paulo: CLAMOR).

Cruz, Heloisa de Faria 2016 “Direito à memória e patrimônio documental” en Revista História & Perspectivas (São Paulo) Vol. 29, Nº 54.

Fraga, Guilherme Barboza de 2012A solidariedade não tem fronteiras: o grupo Clamor e a rede de direitos humanos na resistência às ditaduras do Cone Sul (Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Jimerson, Randall 2008 “Arquivos para todos: a importância dos arquivos na sociedade” enArquivo &Administração (Rio de Janeiro) Vol. 7, Nº 2.

Khoury, Yara Aun 1995 Guia da Central de Documentação e Informação Científica CEDIC - PUC-SP (São Paulo: EDUC).

Lima, Samarone 2003 Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira (Rio de Janeiro: Objetiva).

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo 2017 Centro de Documentação e Informação Científica (São Paulo: PUC-SP) En: <<http://www.pucsp.br/cedic/>>.

Schwartz, Joan M.; Cook, Terry 2002 Archives, records, and power: the making of modern memory” en Archival Science (Toronto) Nº 2, p. 1-19.